

# O governo sabe mas não diz que vai mal

O Brasil

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

Apesar dos esforços do presidente José Sarney, o governo vai mal, obrigado. E não se começa falando, hoje, da ameaça de inflação galopante, dos juros estratosféricos, da desordem no abastecimento, do ágio, do déficit público e da impossibilidade de diálogo entre o Estado e a sociedade civil. Vale apreciar as questões de economia interna da administração da Nova República. Está um horror e ameaça ficar pior. Os ministros não se entendem, trazem a público suas divergências e dão a impressão de que o resultado maior do choque heterogêneo foi mesmo a mais homogênea das confusões.

Ontem, num desses programas matinais de televisão, acentuando que falava sem preocupação de agradar ou desagradar, o ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, analisou a situação com argumentos dignos de um agudo oposicionista. Disse que o Plano Cruzado I se transformou de instrumento da política econômica em instrumento da política eleitoral, para acrescentar que com demagogia se pode ganhar eleição, mas não se governa.

Deixou claro não ter sido entusiasta do Plano Cruzado I. Não o aplaudiu. Permeando seus comentários com adágios populares, falou que quem ri com muita facilidade acaba chorando com mais rapidez ainda. Como não foi a mão que agravou, não será a mão que apedreja. Mas lançou seus petardos, o maior dos quais, coincidência ou não, relacionado com acontecimentos da véspera.

Na segunda-feira, em solene reunião no Palácio do Planalto, o presidente da República anunciara planos para a construção da chamada linha vermelha, uma nova avenida paralela à avenida Brasil, no Rio, bem como a retomada da implantação da Ferrovia do Aço, o estabelecimento de um sistema ferroviário capaz de fazer em três horas e meia a ligação entre Rio e São Paulo, a construção de uma ferrovia ligando o Norte, o Nordeste e o Centro, assim como de eclusas que tornarão completamente navegável o rio Tocantins. Tudo obra nova.

Pois o ex-vice-presidente da República, menos de 24 horas depois, declarou que não se deve iniciar obra nova sem que estejam alocados e garantidos recursos para a conclusão de obras em andamento, correndo essas o risco de tornar-se inflacionárias ao extremo. Haverá, em seu entender, de se selecionar a quantidade de obras. A prioridade maior do País é a redução do déficit público, e enquanto não ocorrer não resolveremos nossos problemas. A situação exige imaginação, trabalho, perseverança e sacrifício.

Mas tem mais: manifestou-se contra o aumento da gasolina e disse que o empréstimo compulsório sobre o combustível, feito a partir de julho — um imposto, na realidade —, serviu para cobrir parte do déficit

público, indo parar até na Previdência Social, jamais na Petrobrás.

A intervenção de Aureliano Chaves não constitui fato isolado ou singular. São conhecidas as divergências entre os ministros Dílson Funaro e João Sayad, abrandadas esta semana por conta da meningite que atacou o titular da Seplan. Nem haverá de se falar das posições diametralmente opostas que adotaram o ministro do Trabalho e o ministro da Fazenda. Almir Pazzianotto seria um estranho no ninho não fosse a peculiar situação de que não há mais ninho. No Ministério, Celso Furtado, Raphael de Almeida Magalhães e Almir Pazzianotto fazem oposição ao comando econômico, este, por sua vez, dividido. Parecem coisa da antigüidade remota as desavenças em torno da reserva de mercado, jogando Antônio Carlos Magalhães e Abreu Sodré contra Renato Archer. E por aí iríamos.

É esse quadro que não dá para entender, não obstante as indicações de estar em desenvolvimento, para concretizar-se em março, uma reforma parcial do Ministério. Em condições normais de temperatura e pressão, não seria prejudicial para o presidente dispor de opiniões conflitantes entre seus principais auxiliares, sendo da essência democrática o debate e até o choque de idéias. O problema está em que, no meio da crise, a unidade posterior às decisões se torna sonho de noite de verão. Com o atual ou com qualquer outro Ministério. Os embates permanecem e cada solução encontrada por um ministro, antes mesmo de produzir efeito, desperta a reação dos demais.

Dessa forma, como chegaria o governo a convencer e a conquistar outra vez a sociedade civil? Faz muito que a desobediência às diretrizes oficiais se tornou rotina. Antes que os preços fossem liberados, a ninguém era dado poder respeitar as tabelas. Mais do que contestar, ignorar-se o poder público. Vive-se como se ele não existisse, fenômeno mais perigoso do que outro qualquer — fórmula singular de chegarmos ao anarquismo, regime político que, na teoria, prescinde dos governos.

Panos quentes e cortina de fumaça sempre estarão à disposição de quem pretende deixar-se enganar. Obviamente Sarney e seus ministros, diante de questionamentos formais, dirão viver e atuar às mil maravilhas, entrosados e tranquilos. Basta, porém, abrir os jornais, a cada dia, ou ligar a televisão, nas horas mais dispare. Sempre se encontrará um ministro diagnosticando e verberando a iniciativa de outros.

A mania tem sido de culpar a imprensa, ou até, como nos tempos da Velha República, de tentar cerceá-la e limitar seus espaços de atuação. As notícias, porém, são simples referências a atos e a fatos. Não criam, senão reproduzem. Às vezes, esclarecem.

C.C.